

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA - SMDHC

COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA IMIGRANTES E PROMOÇÃO DO TRABALHO DECENTE - CRIPTD

DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL - DPS

CONSELHO MUNICIPAL DOS IMIGRANTES - CMI

ATA DA REUNIÃO 87ª DO CONSELHO MUNICIPAL DE IMIGRANTES

FEVEREIRO/2026

Pautas:

1. Mudança da data da reunião com o MP/SP sobre Educação para Imigrantes
2. Atividades realizadas no mês de janeiro /2026
3. Planejamento das Ações e Encontros Formativos para 2026

Participantes da Prefeitura de São Paulo / Poder Público: SMADS: Mary Luciana da Cunha Silva; SMDDET: Vitória Ramos Benuthe; SME: Fabiana Bezerra Nogueira; SMC: Fernanda de Laurentiis; SMDHC - Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente); Gabrielle Dias; SMDHC - Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente); Patricia Prudencio Torrez; SMDHC - Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente); Benicio Meza; SMDHC - Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente); Hanilton de Medeiros; SMDHC - Departamento de Participação Social, Ana Beatriz Annunziato Ianuzi (Prefeitura de São Paulo);

Participantes da Sociedade Civil: Modou Dieye, representante do CMI; Constance Salawe; Éclair Pires de Souza, representante da ONG Identidade Humana; Marianna Zawadi Kitenge Mukuna, Paola Gersztein, representante da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo (CASP); Mayelin Mercedez, Sonia Flores Mamani Fritzly Valcin, representante da Missão Batista Guaianases; Tomasa Nancy Salva Guarachi, representante do CAMI; Mariama Bah, representante da União Africana Alkeebulan; Prudence Kalambay Libonza, representante da A Voz do Congo; Merve Mumcu, representante do Instituto pelo Diálogo Intercultural. Wendy Ledix

Membros Observadores: Bianca de Toledo Pereira Chaves Barbosa, representante da Organização Internacional para as Migrações (OIM); Carla Mustafa (OAB/SP); Amanda Pilon Barsoumian, representante da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Ouvintes: Abdulbaset Jarour (IHG); Ana Paula Pinhati Oliveira (ARRO); Júlia Afonso Lyra (UFRJ); W. Alfredo Nanez Garcia, representante da ACP – Associação de Cidadãos Peruanos em São Paulo; Maria Sílvia Dorado, representante da Federação Bolivianos Unidos no Brasil; Bélgica Saez, representante do MTST;

Vania Pelote, representante da Missão Batista Guaianases.

Em 24 de fevereiro de 2026, a reunião ordinária foi iniciada às 14:35 quando a presidência do CMI, Gabrielle Dias deu boas-vindas aos participantes que estavam presente de forma presencial e híbrida.

Em seguida, foi abordada a **Pauta 1**. Mudança da data da reunião com o MP/SP sobre Educação para Imigrantes para o dia 10 de março de 2026 às 14h de forma presencial na Sede do MP/SP à Rua Riachuelo, 115, Centro de São Paulo.

Durante a discussão sobre a pauta de educação para imigrantes, a conselheira Sonia questionou se o tema teria algum recorte específico, considerando que se trata de uma pauta bastante ampla e que poderia envolver diferentes dimensões das políticas públicas. Gabrielle, em resposta, afirmou que se tratava de uma reunião sem recorte em específico e que seria uma reunião mais a caráter de escuta de diversos atores do governo e da sociedade civil sobre o tema.

Dando continuidade, Patrícia apresentou **Pauta 2. Atividades realizadas no mês de janeiro /2026**. Em comemoração ao Dia Nacional do Combate ao Trabalho Escravo, celebrado em 28 de janeiro, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), por meio da Coordenação de Políticas para Imigrantes e Promoção do Trabalho Decente, realizou dois dias de eventos com o objetivo de promover a temática, fortalecer iniciativas de empregabilidade e ampliar o acesso a serviços públicos.

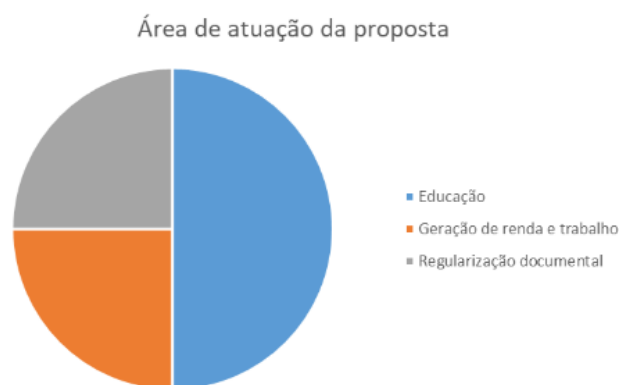
No dia 28, na Biblioteca Mário de Andrade, ocorreu o seminário “São Paulo pelo Trabalho Decente”, voltado a gestores públicos, estudantes e representantes do setor privado e do terceiro setor, para troca de experiências e discussão de estratégias de enfrentamento ao trabalho escravo e precarizado. No dia 29, no Parque Princesa Isabel, realizou-se o Mutirão de Empregabilidade e Cidadania, que ofereceu serviços integrados à população, como orientação profissional, acesso a vagas de emprego, assistência jurídica e apoio de organismos internacionais, especialmente para imigrantes.

As ações também marcaram o lançamento do Canal de Denúncias de Trabalho Escravo, disponível pelo Portal 156, que permitiu à população registrar denúncias de forma segura e sigilosa, contribuindo para a proteção dos direitos humanos e o combate a essa prática. Sobre o tema Carla Mustafa comentou sobre a necessidade de ampliar a disseminação e divulgação do novo fluxo de denúncias de trabalho análogo à escravidão, ressaltando que muitos trabalhadores imigrantes ainda não têm conhecimento sobre os canais existentes para formalizar denúncias e acessar a rede de proteção.

Seguidamente, Patrícia apresentou os números do Mutirão de Empregabilidade, destacando os resultados alcançados pela iniciativa e sua relevância para promover o acesso da população imigrante ao mercado de trabalho. Sendo estes:

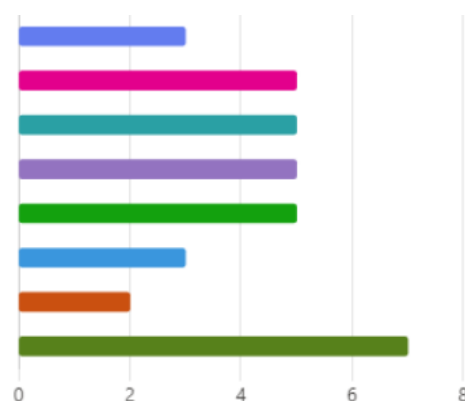
Equipamento/Serviço	Atendimentos	Encaminhamentos
Defensoria Pública da União	5	
Unidade Móvel de Cidadania LGBTI+	27	8
OAB/SP - Núcleo de Migrantes e Refugiados	6	3
CadÚnico	35	
Ouvidoria de Direitos Humanos	5	1

Na sequência, iniciou-se a **Pauta 3**, o planejamento de ações e encontros formativos para o ano de 2026. Durante o debate, foram mencionados resumidamente as respostas dos conselheiros do formulário com sugestões de ações e encontros para o ano de 2026. Sendo estas:



Público-alvo destas ações:

- Agentes públicos 3
- Crianças e adolescentes 5
- Mulheres 5
- Refugiados 5
- Trabalhadores imigrantes 5
- População LGBTQIAP+ 3
- Outros 2
- Outra 7



A seguir o resumo das propostas e suas justificativas:

	Propostas detalhadas	Justificativa
1	A proposta "Vozes da Diáspora Africana" visa realizar ações formativas, culturais e participativas para imigrantes africanos em São Paulo, no primeiro ano de gestão do Conselho Municipal dos Imigrantes – 2026. As atividades, que acontecerão especialmente no primeiro semestre, incluirão rodas de conversa, oficinas, atividades culturais e registros audiovisuais, abordando temas como trajetória migratória, direitos, políticas públicas, trabalho, regularização documental, racismo, xenofobia, cultura, religiosidade e identidade.	A ação promove escuta, informação e valorização cultural da população migrante africana, que enfrenta dificuldades no acesso a direitos e serviços. Ela cria espaços seguros de diálogo, fortalece vínculos comunitários, combate racismo e xenofobia, e contribui para a criação de políticas públicas mais alinhadas às necessidades dos imigrantes em São Paulo.
2	Realização de 3 a 4 mutirões itinerantes em 2026 para oferecer atendimento gratuito e integrado à população migrante em regiões afastadas do centro de São Paulo. A ação contará com a participação de órgãos públicos e entidades da sociedade civil, promovendo acesso a serviços, orientação multidisciplinar, divulgação do papel do Conselho e atividades formativas e culturais nos territórios atendidos. É possível realizar, além do atendimento, um momento com atividades formativas, rodas de conversa e apresentações culturais para a população desses territórios.	A população migrante enfrenta dificuldades para acessar serviços essenciais e regularizar sua documentação. Os mutirões aproximam o CMI dessas comunidades, facilitando o acesso a direitos e fortalecendo o papel do Conselho na promoção da cidadania.
3	Todas as áreas, pois todas as demandas da população migrante são urgentes e envolvem falhas nas políticas públicas. Destaca problemas como bullying e racismo nas escolas, dificuldades no acesso ao CadÚnico e ao Bolsa Família, demora em cirurgias pelo SUS, falta de políticas habitacionais e entraves na regularização documental junto à PF e ao CRAI. Ressalta que mais de 1,5 milhão de pessoas precisam de documentação ou atualização, evidenciando a dimensão e a gravidade das demandas.	A vulnerabilidade extrema; a falta de uma política pública nacional, Estadual e local 24 hrs ...onde e como buscar informações. Elas devem estar TB em vídeos acessíveis, explicar legislação devemos ampliar...lei Maria da Penha, Escola p todos, saúde mental e saúde p TODOS. Visitar abrigos, e tirar população migrante das ruas,
4	É fundamental discutir todos esses temas em 2026 para garantir a continuidade e a efetivação das políticas públicas voltadas à população migrante. A regularização documental assegura cidadania; a habitação garante moradia digna; trabalho e geração de renda promovem autonomia; o acesso à saúde enfrenta barreiras linguísticas e culturais; e o combate às violações de direitos é função central do Conselho.	Fazer isso é importante porque transforma a política pública em algo palpável. - Roda de conversa: ouvir e entender a demanda. - Panfleto/ vídeo: informar e garantir o acesso - Oficina: capacitar e gerar autonomia
5	A proposta prevê a criação de um Cartão de Boas-Vindas com transporte gratuito por pelo menos um ano para imigrantes recém-chegados a São Paulo, facilitando a regularização documental, a busca por trabalho e o acesso à cidade. Também propõe transporte gratuito e permanente para os membros do Conselho em atividades pessoais e a serviço do órgão.	Esta proposta é importante porque oferece um clima de receptividade humanamente acolhedor.

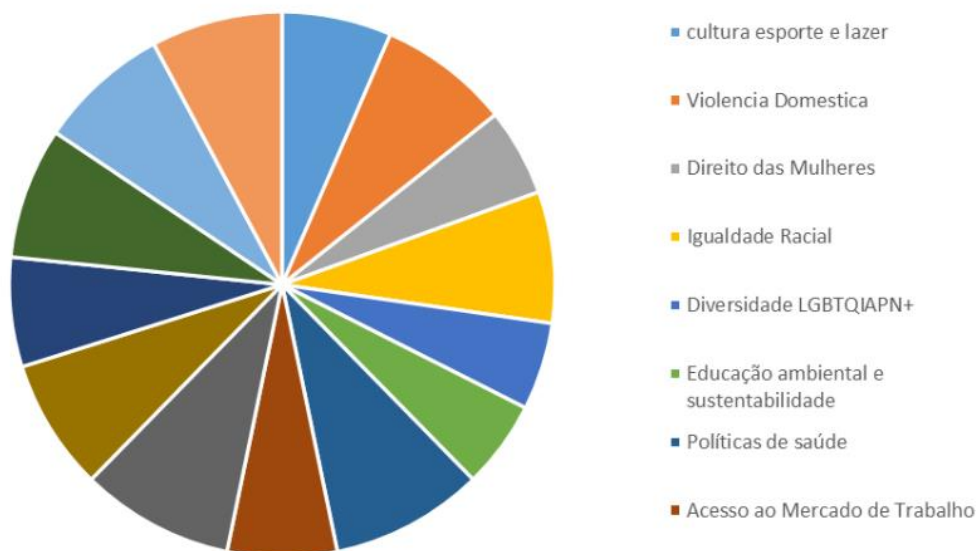
	Propostas detalhadas	Justificativa
6	Podemos fazer divulgações e atividades dinâmicas para conscientizar sobre migração	Para criar uma harmonia e paz entre indivíduos da sociedade brasileira onde pessoas migrantes são realidades em várias camadas de trabalho e atuação.
7	Promover espaços seguros de escuta, acolhimento e orientação para imigrantes, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social, violência doméstica, dificuldades linguísticas e insegurança documental, fortalecendo sua autonomia e acesso a direitos.	Promoção de acesso à informação e aos serviços públicos, probabilidade de redução de da vulnerabilidade social e documental. Fortalecimento da rede de apoio, Maior articulação entre poder público e comunidade migrante
8	No final do ano passado foi lançado o Protocolo de Prevenção e Enfrentamento ao Racismo e à Xenofobia na Educação. Proponho uma apresentação deste material e uma discussão a respeito da política educação, me colocando à disposição para realizar o diálogo	É um documento muito importante por propor ações efetivas de combate ao racismo e à xenofobia, também por trazer as bases legais.
9	Necessidade de discutir de forma aprofundada todos os eixos em 2026, pois cada um impacta diretamente a vida da população migrante. A regularização documental é apontada como essencial para garantir dignidade, segurança e acesso a direitos fundamentais. O acesso à saúde, apesar de garantido pela CF, enfrenta barreiras linguísticas, culturais e de informação, dificultando o atendimento adequado. A habitação digna é considerada um direito humano que deve ser assegurado a todos, independentemente da nacionalidade ou situação migratória. A educação é destacada como ferramenta crucial para inclusão social, permitindo matrícula de crianças e adolescentes em escolas públicas, acesso à EJA, ENEM, cursos técnicos e revalidação de diplomas, além de combater preconceitos, fortalecer a autoestima, gerar independência financeira, promover integração cultural e construir pontes entre comunidades. Ademais urgência de combater violações de direitos, incluindo racismo, xenofobia e violência de gênero, que afetam fortemente migrantes e refugiados. Por fim, a geração de renda e o acesso a trabalho são apresentados como pilares fundamentais para a integração social, autonomia econômica e dignidade humana da população migrante.	São temas que envolvem diretamente os direitos e dignidades da pessoa migrante, e é muito importante para os membros do conselho terem conhecimento dado a natureza da sua função.
10	Apresentação da rede socioassistencial de Proteção Básica e Especial de Média e Alta Complexidade, para todos as conselheiras e conselheiros do CMI	Para conhecimento da rede e de seus direitos, podendo também ampliar este conhecimento as pessoas que precisam da rede socioassistencial mas não possui conhecimento da mesma.

Também foi perguntado no formulário sugestões com relação ao formato das atividades e ações, com a importância de que devam ser adaptadas às necessidades da população, abordando temas como racismo, xenofobia, violência de gênero, saúde e regularização documental, combinando escuta qualificada, orientações práticas e sensibilização. São estas as sugestões:

- Rodas de conversa temáticas para troca de experiências entre imigrantes
- Oficinas sobre direitos, políticas públicas e serviços municipais

- Atividades culturais e de memória
- Registros audiovisuais educativos
- Mutirões itinerantes com atendimento e atividades culturais, visitas a escolas, abrigos e órgãos públicos, além de palestras, apresentações e distribuição de materiais informativos.

Com relação aos encontros formativos foram propostos os seguintes temas:



Temas já propostos para os encontros formativos.

- "Vozes da Diáspora Africana" visa realizar ações formativas, culturais e participativas para imigrantes africanos em São Paulo.
- Apresentação do Protocolo de Prevenção e Enfrentamento ao Racismo e à Xenofobia na Educação e políticas municipais de educação - SME
- Apresentação da rede socioassistencial de Proteção Básica e Especial de Média e Alta Complexidade - SMADS
- Proteção de dados e direitos de uso de imagem.

Sobre o planejamento os conselheiros ressaltaram que, enquanto Conselho, é necessário aprofundar a apropriação sobre os temas socioassistenciais, em articulação com o poder público, para que os membros do conselho possam atuar como vetores de informação junto às comunidades migrantes.

Também foi destacado que o usuário/cidadão deve ser o principal destinatário das informações, sendo fundamental garantir que a população migrante esteja bem-informada sobre seus direitos e sobre as políticas públicas disponíveis.

Durante as discussões, foi apontada a necessidade de ampliar a formação de profissionais para lidar com a população migrante, considerando as especificidades culturais e linguísticas. Ressaltou-se que

a falta de preparo institucional pode contribuir para processos de marginalização, sendo necessário pensar formas de manter um diálogo mais humanizado e intercultural.

A conselheira Éclair mencionou a importância da realização de conferências relacionadas à COMIGRAR, além de destacar que já foi votada a criação de mais um CRAI, tendo em vista que apenas uma unidade não é suficiente para atender a demanda existente. Também foi levantada a proposta de, na área da saúde, contratar pessoas das próprias comunidades atendidas, como forma de melhorar o acolhimento e reduzir barreiras linguísticas.

A conselheira Nancy sugeriu a realização de formações interculturais voltadas para gestores públicos. Gabrielle destacou a importância de promover formações internas para os conselheiros, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre as políticas públicas existentes, permitindo que posteriormente essas informações sejam repassadas às comunidades atendidas, por meio de cartilhas e outros materiais informativos.

Também foi definido que o próximo encontro formativo terá a temática de Políticas de Habitação e Moradia no dia 03/03, com o apoio da SMADS, SEHAB, Ouvidoria de Direitos Humanos da SMDHC e Defensoria Pública. Bem como, na reunião ordinária de março, 17/03 terá como tema as políticas educacionais, sendo realizada em articulação com a Secretaria Municipal de Educação (SME).

Por fim, Éclair mencionou a importância de discutir os currículos das escolas municipais, destacando a inclusão da história africana como elemento que contribui para a formação de um pensamento que combata a xenofobia e racismo no ambiente escolar.

Nada mais havendo a tratar, **a reunião foi encerrada às 16h32.**

N.	Descrição dos encaminhamentos	Responsável	Prazo
01	Elaboração do Planejamento 2026 e apresentar na próxima reunião do CMI	Secretaria Executiva	16/03/2026
02	Preparar o próximo encontro formativo com a temática direito à moradia	Secretaria Executiva, SMADS, DPE, SEHAB e ODH	27/02/2026
03	Preparar o encontro formativo com a temática políticas educacionais para a próxima reunião ordinária do CMI	Secretaria Executiva e SME	16/03/2026